

Adequação das escolas da 38ª Superintendência Regional de Ensino de Ubá, SRE/Ubá à legislação vigente em relação a educação de surdos

Philipe Braga Rocha – fbrpedagogia@yahoo.com.br
Isac da Silva Haber – isac.haber@hotmail.com

Curso de Pedagogia
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá
Ubá- MG/ Dezembro/ 2015

Resumo:

A presente pesquisa dedicou-se ao estudo da adequação das escolas da SER/Ubá para com o atendimento à comunidade surda. Um estudo que objetiva analisar quais são os métodos usados pelas escolas, suas maiores dificuldades em trabalhar com o público surdo, suas adequações estruturais, capacitações de seus funcionários, cumprimentos dos decretos e leis que resguardam os direitos dos surdos e ajuda do Estado para a realização dos mesmos. Acredita-se que os dados aqui analisados ajudarão as escolas a se organizarem adequando-se às normas estabelecidas pelo Estado, contribuindo com o crescimento cultural da comunidade surda. As próprias escolas da SER/Ubá foram utilizadas para a coleta dos dados e o instrumento utilizado foi o questionário. Envolveram-se na pesquisa, membros da coordenação pedagógica de cada escola participante, analisando os dados com base no referencial teórico a partir de uma minuciosa revisão bibliográfica tomada como referência. O resultado da análise dos dados obtidos demonstram a não-adequação das escolas da SRE/Ubá para com o atendimento a comunidade surda.

Palavras-chave: Adequação. Surdo. Comunidade. Escolas. Atendimento.

Abstract:

The following research devoted to the study of the adequacy of schools SER / Ubá towards the service to the deaf community. A study that aims to analyze what are the methods used by schools, their greatest difficulties in working with the deaf public, its structural adequacy, the training of its employees, the complying with the decrees and laws that protect the rights of deaf and state aid for the realization of it all. It is believed that the data analyzed here will help schools to organize themselves adapting to the standards set by the state, contributing to the cultural growth of the deaf community. The schools themselves of SRE / Ubá were used for data collection and the method used was the questionnaire. Involved in the research, members of the pedagogical coordination of each participating school, analyzing the data based on the theoretical referential from a thorough literature review taken as a reference. The result of the analysis of data obtained demonstrate the inadequacy of SRE / Ubá schools for compliance with the deaf community.

Keywords: Adaptation. Deaf. Community. School. Attendance.

1. Introdução

A comunidade surda no Brasil tem conquistado, nas últimas décadas, melhorias em seus direitos perante a sociedade. Uma dessas conquistas é o direito ao acesso e permanência no ensino regular básico, médio e superior, com assistência adequada para que possam usufruir completamente do direito a educação e ter acesso às instituições de ensino (BRASIL, 2005) e reconhecimento de um dia dedicado aos surdos (BRASIL, 2008).

Em agosto de 2001, no Programa Nacional de Apoio à Educação do Surdo, a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS-RJ) em

parceria com o Ministério de Educação e Cultura (MEC), capacitou 80 *Surdos* no Brasil, para serem *Instrutores de LIBRAS* e desenvolveu métodos de ensino e materiais didáticos que ofereceram aos alunos surdos uma educação de qualidade (Monteiro, 2006, p. 300).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA -Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:Art. 1º Fica instituído o dia 26 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Surdos.Art. 2º: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL 2008).

Apesar da existência de leis que garantam o acesso e a permanência da comunidade surda nas escolas, em todos os níveis, muitos não conhecem os próprios direitos, sofrem preconceito, e acabam por não ingressar na vida acadêmica, não usufruem dos direitos de cidadão e deixam de contribuir com a sociedade (BRASIL, 2005). O que perpetua é a obstinação em determinar que o surdo deva aprender como um ouvinte, pois este representa a maioria em sua comunidade (WITKOSKI, 2009).

Pesquisadores do mundo todo e também do Brasil, mostram a grande inadequação dos sistemas de ensino, mesmo aqueles que por anos frequentaram as escolas, e que no início possuem semelhantes habilidades cognitivas com os alunos ouvintes, acabam necessitando de medidas que favoreçam o seu pleno desenvolvimento (DE LACERDA, 2006).

O tema analisado foi escolhido, pois, entende-se a importância em realizar essa pesquisa de caráter qualitativo, para averiguar as condições escolares referentes ao atendimento á comunidade surda, para saber se seus direitos estão sendo garantidos e se a escola está oferecendo total condição para que eles possam frequentar os locais de ensino e aprendizagem e ainda identificar quais procedimentos estão sendo tomados para garantir que todas as leis sejam cumpridas, beneficiando não só a comunidade surda, mas também toda a sociedade, que só tem a ganhar e crescer de maneira positiva com o cumprimento dessas leis (BRASIL, 2002).

2. Revisão de bibliografia

A escola tem a função de proporcionar um ambiente que respeite as particularidades de ensino e aprendizagem dos surdos, assim como, assegurar seu desenvolvimento, permitindo que ele desenvolva sua teoria sobre o mundo, tanto social

quanto emocional, dando oportunidade para obterem informações curriculares e culturais (QUADROS, 1997).

Um aprendizado superficial, não faz sentido para vida de um ouvinte, assim como não faz para o surdo. Uma escola não pode disseminar informações e esperar que o aluno interprete os signos sem a orientação adequada. Deve-se oferecer total disponibilidade para que a interpretação seja feita de modo concreto, trazendo significado à vida do aluno. Segundo Freire (1999, p. 22): *“Não basta saber ler que ‘Eva viu a uva’. É preciso compreender a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”*.

A prática pedagógica é construída, portanto, a partir das concepções de sociedade, indivíduo e ensino dos sujeitos que apreendem, interpretam e atuam sobre essa prática. A sua compreensão está, pois, estreitamente vinculada ao ser e ao fazer de seus principais agentes: os professores. (DORZIAT, 1999, p. 184)

A educação e a socialização da comunidade surda vêm angariando espaço e conquistando direitos perante a sociedade, graças aos esforços sociais e pedagógicos (DE LACERDA, 1998; FERNANDES; CHAUVIN, 2011). Esses direitos conquistados são extremamente importantes para a comunidade surda, pois, dessa maneira ela pode usufruir e também contribuir com a cultura social da qual faz parte.

As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação. (BRASIL, 2005)

Todo surdo tem o direito de utilizar a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, para receber educação, assim como o direito ao ensino regular, fundamental, médio e superior (BRASIL, 2005) garantindo sua cidadania e ocupação social, incluindo assim, a comunidade surda como participante cultural do Brasil. Para Vygotski, (*apud* Dorziat, 1999, p.185) *“linguagem e pensamentos são considerados unidades expressas nos significados da fala e, como tal, são indissociáveis*. Considerando toda a importância da linguagem no desenvolvimento do indivíduo conclui: *“Sendo assim, a manifestação concreta da linguagem*

transmitida-assimilada, basicamente, pelo sentido oral-auditivo, adquire um estatuto privilegiado no estudo do desenvolvimento humano”.

Na prática pedagógica existem ainda poucas experiências de uso da língua de sinais na sua forma genuína, ficando o seu emprego restrito a práticas bimodais (articulação simultânea dos sinais e da fala oral). O bimodalismo está frequentemente associado à comunicação total, uma ampla proposta educacional para o surdo. Ela surge em resposta à ineficácia da tradição oralista e prescreve o uso de diversos recursos de comunicação (oralidade, sinais, leitura labial, soletração manual, escrita, desenho, gestos convencionais etc.). (DORZIAT, 1999, p. 186)

A profissão de intérprete de LIBRAS foi regulamentada no dia 01 de Setembro de 2010, estimulando a formação de pessoas para trabalharem na área, aumentando as possibilidades de sucesso educacional para a comunidade surda, garantindo que eles tenham acompanhamento e tradução eficazes para concluírem seus estudos, já que a lei afirma que o interprete *“deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo, em especial”* (BRASIL, 2010). A profissão de intérprete de Libras exige uma conexão maior entre os participantes (intérprete e surdo) do que tradução de uma língua estrangeira, pois envolve a transmissão de conhecimento, como explica Souza (2007, p 167):

O trabalho do tradutor, entendido como ato amoroso e de entrega à obra, apresenta na figura do intérprete educacional de Libras uma face pouco visível em relação a outras situações tradutórias: torna crucial a relação pessoal, em jogos de acontecimentos que convocam os sujeitos estudante e intérprete para o preenchimento de uma falta em ambos. Falta que mobiliza o desejo de transmissão de conhecimento pelo intérprete ao estudante, ou antes, que o mobiliza a transmitir marcas simbólicas que, por sua vez, permitirão ao sujeito surdo se inscrever também na deriva de outra língua e em outra cultura. Configuração que, a meu ver, impossibilita o intérprete de ser, em sala de aula, *“apenas”* o intérprete. Ele é sempre mais que isso: ele é parte do acontecimento do processo de ensino-aprendizagem em que é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto.

Apesar de todos os avanços conquistados ao longo dos anos, a comunidade surda do Brasil ainda não está livre de preconceito e resistência à sua cultura e participação social, uma vez que, os professores surdos podem ter sua metodologia para ensinar os conteúdos através de sua cultura, enquanto a sua formação continua celebrando a imposição do ouvintismo. (REIS, 2006) “*Sem duvida, é importante a habilidade do professor na língua de sinais e não apenas no domínio de um amplo vocabulário, adaptado as regras da Língua Portuguesa.*” (DORZIAT, 1999, p.195). Um professor ouvinte passa a seus alunos a cultura com ponto de vista de ouvinte. É importante que haja interação cultural e respeito à cultura do surdo, e suas singularidades. “*Por mais habilidoso que seja o professor, ele sempre irá imprimir sua visão de ouvinte a língua de sinais, por isso é indispensável, como já disse anteriormente, a parceria entre professor ouvinte e monitor surdo, no processo de ensino e aprendizagem*” (DORZIAT, 1999, p. 195).

A situação em que a comunidade surda brasileira permanece, tem relação direta com a sociedade, cultura nacional e economia do Brasil, pois são cidadãos em plenos direitos cívicos. Uma vez que esses direitos não estão sendo devidamente cumpridos, cabe à sociedade fazer as correções necessárias, para que a comunidade surda possa ter sua participação em todos os setores sociais que lhe são direitos.

Foi estabelecida e aprovada na Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, em Jomtien, na Tailândia em 1990, nos dias 5 a 9 de março de 1990, a **DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, PLANO DE AÇÃO PARA SATISFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM**, onde é estabelecido que “*as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial.*” Enfatizando que toda pessoa tem direito a educação, seja homem, mulher ou criança “*É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo*”. (Declaração mundial sobre educação para todos, 1990)

3. Metodologia

A pesquisa usa o método qualitativo para recolher dados de forma direta, sendo o pesquisador um sujeito de extrema importância para a pesquisa, desde a coleta dos dados para análise, como cita GODOY (1995, p. 62):

Ressalta-se a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características essenciais capazes de identificar uma pesquisa desse tipo, a saber: (1) o ambiente natural como fonte direta de dados o pesquisador como instrumento fundamental; (2) o caráter descritivo; (3) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador; (4) enfoque indutivo.

A metodologia escolhida serve para se obter dados de rendimento ou cumprimento de normas e funções, tornando mais direta sua análise e aumentando a possibilidade de ações de intervenção caso seja o desejado. Segundo ANDRADE (2010).

Pesquisas descritivas são habitualmente solicitadas por empresas comerciais (aceitação de novas marcas, novos produtos ou embalagens), institutos pedagógicos (nível de escolaridade ou rendimento escolar), partidos políticos (as preferências eleitorais ou político-partidárias) etc. Uma das características da pesquisa descritiva é a técnica padronizada da coleta de dados, realizada principalmente através de questionários e da observação sistemática.

Busca-se averiguar como as escolas se adequam ao atendimento para com a comunidade surda. Dessa forma, o resultado obtido pode ser usado para a melhoria do atendimento nos setores que apresentarem defasagem. Para a coleta de dados utilizou-se de observação indireta e questionário para o registro da coleta de dados. Questionário este contendo 10 perguntas fechadas e uma aberta, respondidas por livre e espontânea vontade pelos participantes sem a presença do pesquisador.

Escolheu-se a 38ª Superintendência de Ensino de Ubá por abranger diversas cidades e assim, aumentar a pluralidade cultural da pesquisa, que em primeiro momento seria realizada apenas nas escolas municipais da cidade de Ubá. Sabendo-se que a finalidade da pesquisa é averiguar a adequação das escolas ao atendimento à comunidade surda, optou-se por ampliar o universo da pesquisa, a fim de torná-la mais significativa e colaborar com pesquisas futuras.

Primeiramente foi agendada por telefone uma reunião, com caráter de entrevista, com o coordenador pedagógico de cada escola, a fim de se esclarecer todos os aspectos e finalidades da pesquisa e sua característica científica, segundo Rampazzo (apud GONÇALVES, 2014, p. 8) esse tipo de pesquisa “*refere-se à proposta de construção de um*

novo conhecimento que se constitui a partir de uma área específica de estudo ou mesmo a partir de um fenômeno natural que se quer estudar, procurando sistematizá-lo a partir do que já existe sobre o assunto”.

Após o esclarecimento da pesquisa aos participantes, foram entregues os questionários, que se constituem em perguntas embasadas no cumprimento do Decreto Nº 5.626 de 06 de Dezembro de 2005, especificamente no CAPÍTULO IV, Art.14 e uma pergunta aberta, a fim de permitir que o participante pudesse externar quais são as maiores dificuldades encontradas no atendimento ao público surdo.

Os dados coletados foram analisados e compilados, utilizou-se gráficos e tabela para melhor compreensão dos resultados, juntamente com o pensamento dos teóricos que foram consultados para obter-se embasamento científico neste trabalho.

Este artigo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Presidente Antônio Carlos, através da Plataforma Brasil, sendo respeitados os procedimentos bioéticos, propostos pela Comissão Nacional da Saúde (Resolução CNS nº 196/96).

4. Resultados e Discussão

4.1. Universo da Pesquisa

A referida pesquisa foi realizada nas escolas da 38ª Superintendência Regional de Ensino-SRE de Ubá. Hoje, ela coordena 75 escolas em 23 cidades de Minas Gerais. Em 2015, até a data de 02 de Fevereiro, 18 escolas pertencentes a essa Superintendência receberam autorização de Atendimento Educacional Especializado-AEE Intérprete de LIBRAS, sendo que, 5 delas não exerceram a função por falta de profissional no município ou desistência do aluno, conforme informou a Analista Educacional da SRE. Foram coletados dados em 6 escolas dentro das 13 que ofereceram o AEE em 2015 pertencentes a essa Superintendência de ensino, localizadas nas cidades de Ervália, Guidoal, São Geraldo, Silverânia, Tocantins e Ubá. Para que se mantenha o sigilo da identificação dos participantes, eles foram identificados aleatoriamente como E1, E2, E3, E4, E5, E6.

4.2.1. Aspectos Gerais

Objetivou-se aqui a analisar as adequações das escolas dessa Superintendência para com o atendimento à comunidade surda, e averiguar se os direitos dos surdos estão sendo devidamente resguardados e quais são as maiores dificuldades encontradas pelas escolas para que o atendimento possa ocorrer de maneira correta, significativa e não sendo tratado como menos capaz, como concluiu Silva e Pereira (2003, p.176)

Assim, ainda que pareçam defender uma possibilidade de inclusão dos alunos surdos, na prática, atitude das professoras em relação ao aluno surdo é de exclusão. Em relação à imagem que têm do aluno surdo, as atitudes das professoras deixam transparecer a impressão de que o aluno surdo é menos capaz que o ouvinte, apesar do discurso ser outro.

O questionário foi elaborado com embasamento da lei 5626/2005 CAPITULO IV Art. 14, que implica as instituições federais de ensino a garantirem, obrigatoriamente, às pessoas surdas o acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior (BRASIL, 2005).

Durante a pesquisa, pode-se avaliar que poucas escolas oferecem cursos de formação de professores para tradução e interpretação de LIBRAS, como pode ser observado a seguir.

Conforme Gráfico 1, 66,66% das escolas não promovem cursos de formação de professores para a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos desde a educação infantil (BRASIL, 2005). A falta de profissionais para intérprete de Libras faz com que o aprendizado seja precário.

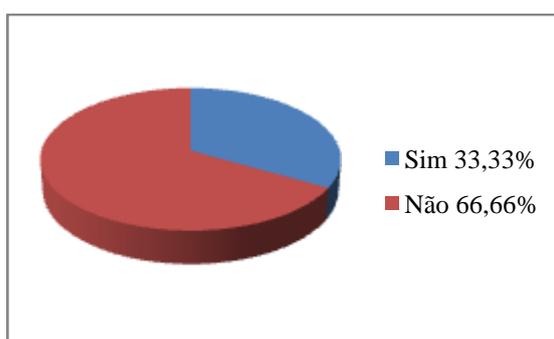


Gráfico 1
Fonte: ROCHA, F.B (2015)

A pouca oferta de formação de profissionais na área de tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa alia-se à falta de interesse da sociedade nessa área de trabalho. Após analisar o trabalho pedagógico bilíngue, com “*o controle nativo de duas línguas*” (BLOOMFIELD, 1935, apud MEGALE, 2005, p. 2) e sua organização, Martins (2009, p. 49) diz que ele “[...] *esbarra, na fragilidade da formação dos profissionais envolvidos, dentre eles, o intérprete de Libras que se caracteriza como um profissional inserido em uma IES sem condições básicas e fundamentais para o desempenho de sua função*”.

Uma vez que a Libras tornou-se uma língua legítima e oficial devendo ser reconhecida em todos os espaços públicos (BRASIL, 2002), as escolas devem ensiná-la em todas as etapas escolares, proporcionando a cidadania aos alunos surdos e não excluí-los e forçá-los a aprender se adaptando às metodologias usadas no ensino de ouvintes. 100% das escolas possuem um intérprete de Libras (BRASIL, 2005). (Gráfico 2) e 50% delas possuem professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas, professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos e possuem mecanismos de avaliação para o aprendizado de segunda língua. Com relação às provas escritas, corrigem-nas valorizando o aspecto semântico e reconhecem a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua (BRASIL, 2005). (Gráfico 3).

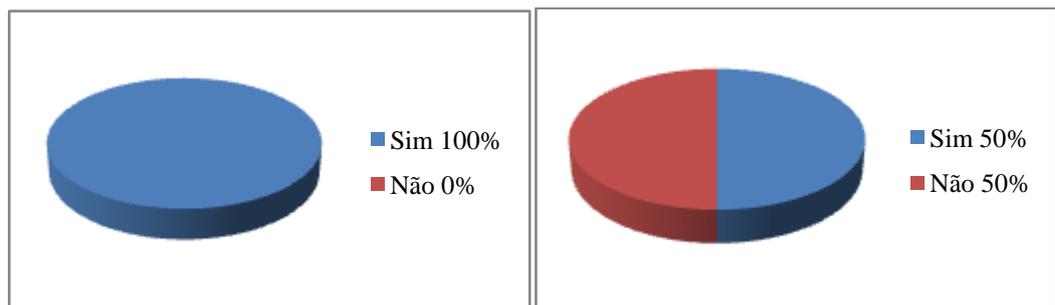


Gráfico 2

Gráfico 3

Fonte: ROCHA, F.B (2015)

66,66% das escolas não garantem o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos (BRASIL, 2005). (Gráfico 4). “*As vezes não acha interprete; o Estado nem sempre disponibiliza recursos de apoio ao surdo*” declarou E3 ao falar sobre as dificuldades para atender as necessidades especiais do surdo.

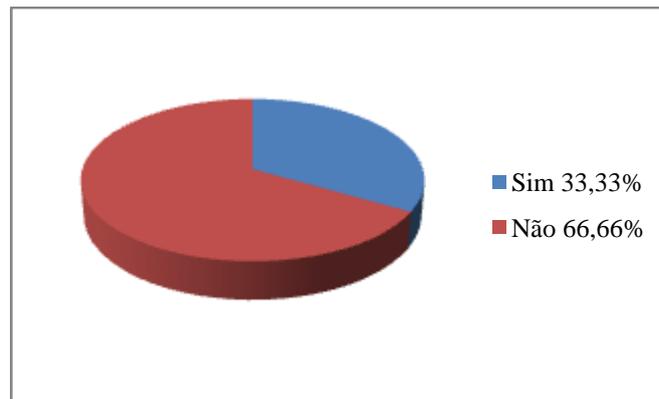


Gráfico4

Fonte: ROCHA, F.B (2015)

66,66% das comunidades escolares não usam a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos e não adotam mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos. 50% não disponibilizam equipamentos e acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva (BRASIL, 2005).

	Sim	Não
Adotam mecanismos para avaliação registrada em vídeo.	33,33%	66,6%
Acesso às novas tecnologias para apoiar o ensino de alunos surdos	50%	50%
Usa a difusão da LIBRAS entre professores e funcionários da escola	33,33%	66,6%

Quadro 1

Fonte: ROCHA, F.B (2015)

Sobre as dificuldades encontradas na sala de aula, E6 ressalta: *“falta de recurso financeiro para aquisição de materiais de apoio e treinamento ou capacitação para os profissionais da escola”*.

Historicamente, vários estudos apontam para fracassos e insucessos, prós e contras, tanto do ensino especial, exclusivamente voltado para o atendimento da pessoa surda, como da inserção desses sujeitos no ensino regular (Revista Espaço, 1997 apud DE LACERDA, 2000). E5 relata que os obstáculos enfrentados pela escola são *“encontrar profissionais que estejam dentro das exigências do termo de designação, a falta de conhecimento de como se processa a comunicação entre os surdos, dificuldade em criar redes envolvendo outras instituições como da saúde e da assistência social para atender aos alunos”*.

Chaveiro e Barbosa (2005, p. 418) destacam o desafio encontrado pelos agentes sociais com o atendimento ao público surdo:

A inclusão social referente ao atendimento aos portadores de necessidades especiais, nos serviços da área de saúde, estabelece-se como fator essencial de qualidade dos serviços prestados, enquanto que a falta de comunicação inviabiliza um atendimento humanizado. A comunicação com os surdos surge como um desafio aos profissionais que lhes prestam assistência à saúde.

5. Considerações finais

Com os dados coletados e devidamente analisados, pode-se perceber que as escolas do universo da pesquisa não estão adequadas para o atendimento à comunidade surda, em sua maioria, não oferecem cursos de formação de professores para tradução e interpretação de Libras, ensino de Libras e Língua Portuguesa como segunda língua, salas de recursos em turno contrário ao da escolarização, registro em vídeo ou outros meios tecnológicos das avaliações, novas tecnologias e difusão da Libras na comunidade escolar, promovendo um grande déficit na aprendizagem dos alunos surdos inseridos na rede normal de ensino, não dando significado ao seu desenvolvimento cognitivo e impossibilitando-os de exercerem seu papel na sociedade.

Ao analisar a adequação das escolas, pode-se averiguar o quanto ainda é precário o atendimento escolar para com a comunidade surda. Apesar das existentes leis e decretos, ainda não se faz valerem os direitos dos surdos e a sua cultura ainda é extremamente reprimida, obrigando-os a se adaptar a uma cultura ouvintista.

Apesar de todo o preconceito ainda existente, o compromisso firmado pelas escolas ao exercer sua função mediadora do ensino aos surdos, se mostra cada dia mais concreto, buscando sua adequação às singularidades do atendimento à comunidade surda, se adaptando e buscando metodologias específicas a esse tipo de atendimento. Contudo, pode-se dizer que o objetivo da pesquisa foi alcançado, analisando os dados recolhidos sobre as adequações das escolas da SRE/Ubá ao atendimento à comunidade surda. Estudos futuros poderão ser embasados teoricamente com essa pesquisa e sua referencia bibliográfica.

Referencias bibliográficas

BRASIL, Lei nº 12.319, de 1º de Setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm Acesso em 18 de Nov. 2015

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves. *Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social*. Rev. esc. enferm. USP v.39 n.4 São Paulo dez. 2005.

DE LACERDA, Cristina BF. *A inclusão escolar de alunos surdos: O que dizem os alunos, professores e interpretes sobre esta experiência*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

DE LACERDA, Cristina BF. *A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: Trabalhando com sujeitos surdos*. Cadernos Cedes, ano XX, nº 50, Abril/00.

DE LACERDA, Cristina BF. *Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos*. Cadernos Cedes, v. 19, n. 46, p. 68-80, 1998.

DORZIAT, Ana. *Sugestões docentes para melhorar o ensino de surdos*. Cadernos de Pesquisa, nº 108, p. 183-198, novembro/1999.

FERNANDES, João Carlos Lopes; CHAUVIN, Jean Pierre. *Educação de surdos: Socializar para incluir*. Revista Edu. Tec., v. 2, n. 1, 2011.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

GODOY, *Pesquisa qualitativa*.-tipos fundamentais, In Revista de Administração de Empresas, v.35, n.3, Mai./Jun. 1995b, p. 20-29.

GONÇALVES, Cláudia Aparecida. *Procedimentos metodológicos de alfabetização para autistas em instituição de ensino especializada*. Dezembro de 2014. p.8. Curso de Pedagogia Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá, e aprovada pela Banca Examinadora.

MARTINS, Diléia Aparecida. *Trajetória de formação e de condições de trabalho do interprete de LIBRAS em instituições de ensino superior*. 27 de Fevereiro de 2009. p. 135. Dissertação – PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

MEGALE, Antonieta Heyden. *Bilingüismo e educação bilíngüe* – discutindo conceitos. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL. V. 3, n. 5, agosto de 2005. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

MONTEIRO, Myrna Salerno. *História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil*. **ETD: Educação Temática Digital**, ISSN-e 1676-2592, **Vol. 7, N.º. 2, 2006** (Ejemplar dedicado a: Número Temático: "Educação de Surdos e Língua de Sinais"), p. 292-305.

REIS, Flavianeet al. *Professor Surdo: a política e a poética da transgressão pedagógica*. 2006.

SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, Mai-Ago 2003, Vol. 19 n. 2, pp. 173-176.

SOUZA, Regina Maria de. *O professor intérprete de língua de sinais em sala de aula: ponto de partida para se repensar a relação ensino, sujeito e linguagem*. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.8, n. esp., p.154-170, jun. 2007.

WITKOSKI, Silvia Andreis. *Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada*. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 42 set./dez. 2009.